

ESTADO DE S. PAULO 13 SET 1989

Alta da dívida interna assusta

Pública

Economistas do Rio consideram dívida interna mais perigosa que a externa

RIO — O caráter explosivo da dívida interna, em consequência da velocidade do seu crescimento, foi objeto de debate ontem no 6º Congresso dos Economistas do Rio de Janeiro. De maio de 88 a maio deste ano, a dívida interna subiu 60%, advertiu o ex-ministro da Fazenda Ernâni Galveas. O economista Paulo Nogueira Baptista Júnior, da Fundação Getúlio Vargas, citou números para comprovar que essa dívida, do ponto de vista das finanças públicas, é mais grave para o País do que a dívida externa: em março deste ano, a dívida externa era estimada pelo Banco Central em US\$ 81 bilhões, enquanto a dívida interna já somava US\$ 92 bilhões.

Desses US\$ 92 bilhões, US\$ 32 bilhões eram o montante da

dívida do governo federal e do Banco Central; US\$ 22 bilhões relativos a empréstimos dos Estados e Municípios e US\$ 38 bilhões das empresas estatais e agências descentralizadas. De 83 a 88, de acordo com dados do Banco Central, a média de juros pagos anualmente aos credores internos era de 13,5%, enquanto os juros internacionais se situavam em 10,5%. Ou seja, o custo médio da dívida interna é estimado em 3% a mais do que se paga anualmente aos credores internacionais, revelou Baptista Júnior.

MORATÓRIA, NÃO

Se existe consenso quanto à gravidade das dívidas acumuladas internamente pelo governo brasileiro, as fórmulas de seu controle são várias, embora todos os economistas, até os situados à esquerda do ex-ministro Galvêas, concordem em um ponto: uma moratória pode precipitar a fuga de capitais e a chegada da hiperinflação.

O secretário municipal de Planejamento de São Paulo, economista Paulo Sandroni, defende o aumento da carga tributária da iniciativa privada, como forma de transferir recursos desse setor para o governo e enxugamento da máquina administrativa estatal e o fim da transferência de recursos para o Exterior.

O economista Baptista Júnior considera necessário combinar o ajuste do orçamento primário (cortes de gastos e elevação de receita) com uma drástica redução da transferência líquida de recursos para o Exterior. Para a execução dessa política, fora da qual "não há salvação", ele considera necessário o apoio dos credores internos, que devem renunciar a parte de seus direitos.

O ex-ministro Galvêas também defende o aumento da carga tributária aliado à venda de bens patrimoniais e à privatização das estatais, a exemplo do que vem sendo feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).